

As desigualdades de gênero e o ensino de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

Andréia Orsato y Márcia Ondina Vieira Ferreira.

Cita:

Andréia Orsato y Márcia Ondina Vieira Ferreira (2017). *As desigualdades de gênero e o ensino de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1190>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL)**

Andréia Orsato

andreaorsato@gmail.com

IFSul

Brasil

Márcia Ondina Vieira Ferreira

marciaondina@uol.com.br

UFPel

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO: As desigualdades sociais expressam-se de inúmeras formas. Uma das maneiras pelas quais tem historicamente se manifestado diz respeito às assimetrias de poder entre homens e mulheres, ou seja, as desigualdades de gênero. Existe uma crescente produção acadêmica sobre a questão das relações sociais de gênero que contempla os mais variados enfoques: política, mercado de trabalho, agricultura, saúde, meio ambiente, violência, seguridade, educação, entre outros. Interessa nesse trabalho contribuir para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da temática no ambiente escolar, em termos da prática docente e, em especial, à problematização da questão por meio do ensino da disciplina de Sociologia. A inclusão de conteúdos específicos das Ciências Sociais nos componentes curriculares tem sido objeto de disputa no Brasil ao longo do século XX e, embora, na primeira década do século XXI tenha passado a fazer parte obrigatoriamente dos currículos escolares no ensino médio, atualmente, está mais uma vez no centro dos debates em torno das mudanças deste nível de ensino. Contudo, partimos do juízo de que esta disciplina tem um potencial singular na formação crítica do educando e para o exercício da cidadania na medida em que permite outro olhar sobre a sociedade, as instituições sociais e as relações sociais. Nesse aspecto, o assunto das relações sociais de gênero, embora não esteja mencionado diretamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais como um dos temas a ser abordado pela disciplina de Sociologia, é uma questão fundamental para a compreensão das relações sociais, de poder e do próprio cotidiano do educando. Essa interpretação é encontrada no próprio documento quando menciona que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas identificar e analisar fatos sociais que permitam compreender a complexidade da realidade social. Dessa forma, o estudo aqui apresentado busca analisar como a disciplina é trabalhada nos diferentes cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), assim como averiguar a presença do debate sobre relações sociais de gênero nos conteúdos programáticos e, por fim, verificar quais são as metodologias empregadas na abordagem do assunto. Para atingir esses objetivos, a metodologia utilizada na pesquisa de campo foi o protocolo quali-quantitativo, adotando como técnicas de pesquisa a análise documental (de grades curriculares e programas da disciplina) e análise dos questionários enviados por e-mail para os docentes da disciplina. Nesse sentido, a pesquisa pretende cooperar para aprofundar os conhecimentos sobre gênero entre o professorado como um todo, contribuir para o ensino e a equidade dentro do IFSul, e, quem sabe, para a construção de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das relações sociais de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Ensino de Sociologia; Educação.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Gender inequalities and the teaching of Sociology at the Sul-rio-grandense Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSul)

Abstract: The social inequalities are expressed in countless ways. One of the forms it has historically been manifested concerns the power discrepancies between men and women, that is, the gender inequalities. There is a growing academic production on the issue of gender social relationships which contemplates several approaches: politics, labor market, agriculture, health, environment, violence, security, education, among others. The main interest in the present work is to contribute for the development of researches concerning the issue in the school environment, in terms of the teaching practice and, especially, the problematization of the issue through the teaching of Sociology. The inclusion of specific contents of the Social Sciences in the curriculum has been an object of dispute in Brazil along the 20th century and, although it has mandatorily become part of the high school curriculum in the first decade of the 21st century, nowadays it is in the center of debates about the changes of this level of education. However, we assume that this subject has a unique potential in the critical training of the student and it helps in the practice of citizenship as it enables another look towards the society, the social institutions and the social relationships. In this aspect, the issue of gender social relationships, although not directly mentioned in the National Curricular Parameters as one of the themes to be studied in the subject of Sociology, is a key issue for the understanding of social relationships, power and the student's own daily life. This interpretation is found in the document itself when it mentions that the sociological knowledge has as its basic features identifying and analyzing social facts which enable the understanding of the complexity of the social reality. Therefore, the study presented here aims to analyze how the subject is taught at the different technical courses offered by the Sul-rio-grandense Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSul), as well as check the presence of debate about gender social relationships in the program contents and, finally, check which methodologies are used when approaching such issue. In order to reach such goals, the methodology used in the field research was the quali-quantitative protocol, adopting as research techniques the document analysis (curriculum and subject programs) and the questionnaires sent by e-mail to the subject professors. In this sense, the research intends to cooperate to deepen the knowledge on gender among the professors / teachers as a whole, contribute for the teaching and the equality at IFSul, and, who knows, for the construction of a more equal society from the point of view of the gender social relationships.

Key words: Gender; Teaching of Sociology; Education



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I Introdução

Ao definir o conceito de gênero, Joan Scott (1995, p. 86) indica que é preciso compreendê-lo como: 1) ãum elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, 2) ãcomo uma forma primária de dar significado às relações de poder. Entendido desta maneira, o gênero ãfornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana (p.89), constituindo-se, assim, num ponto nevrálgico da organização da igualdade e da desigualdade.

Gênero remete, então, a uma forma de desigualdade social, reflexo da assimetria de poder entre homens e mulheres tomada como modelo natural da organização social. O enfrentamento da hierarquia construída socialmente no que concerne às relações de gênero é algo que ocorre ao menos desde o século XVIII, com a preocupação dos grupos feministas em incluir as mulheres como sujeitos de direito e garantir-lhes o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à atividade política. Os movimentos feministas sufragistas a partir do final do século XIX demonstraram a insuficiente participação feminina na vida pública e seu consequente retraimento ao mundo privado. Já o movimento feminista a partir dos anos 1960 centrou-se nas diferenças entre as mulheres e na noção de construção relacional das identidades de gênero. Nesse período institucionalizou-se o debate sobre gênero na academia e estudos despontaram tendo gênero como categoria central de análise.

Além disso, abordagens de vertente pós-estruturalista ampliaram a noção de gênero, abrangendo a construção social e histórica das identidades de gênero, a diversidade sexual e a orientação sexual. Essas três categorias fazem parte dos estudos sobre gênero, os quais se multiplicam em diferentes áreas, especialmente nas ciências humanas. Nesse particular, a discussão no contexto brasileiro inicia-se na década de 1920 e se estende até o presente, regulada pelos documentos nacionais e políticas públicas que orientam a educação básica.

Considerando gênero como categoria importante para compreender as relações sociais, este trabalho analisa como a disciplina de sociologia, numa instituição federal de ensino técnico, vem abordando o tema, destacando sua inclusão nos conteúdos programáticos e as metodologias de ensino-aprendizagem empregadas em seu estudo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II Marco teórico

O debate sobre a introdução de temas hoje classificados como gênero, diversidade sexual e sexualidade/orientação sexual nos currículos escolares surge no Brasil no início do século passado (VIANNA; UNBEHAUM, 2016), apresentando ãum quadro de avanço e recuo sobre uma proposta de educação sexual, não havendo consenso se o assunto seria responsabilidade da escola ou da famíliaã (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p.119).

As primeiras propostas de inclusão da educação sexual nas escolas públicas datam de 1920/1930, com um viés conservador, visto que para médicos e educadores os objetivos de inserir o assunto ãeram os mesmos que fundamentavam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuaisö (FIGUEIRÓ, 1998, p.124). Assim, segundo a autora, a primeira experiência de educação sexual nas escolas brasileiras foi registrada em 1930 no Colégio Batista (Rio de Janeiro), a qual se estendeu até 1954 e, de modo geral, até 1960 era ministrada em escolas privadas protestantes ou que não possuíam caráter religioso.

A partir de 1960, com as mudanças do Concílio Vaticano II, as escolas católicas permitiram a presença da educação sexual e registrou-se a ampliação de experiências em escolas públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com destaque para o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo (1963-1968), Ginásios Vocacionais dirigidos por Maria Nilde Mascelani e Ginásios Pluricurriculares sob direção de Terezinha Fram. Contudo, o contexto político impactou negativamente a implantação da educação sexual nas escolas brasileiras, em particular após quatro acontecimentos: 1) em 1968, a rejeição de projeto que propunha sua inserção obrigatória nos currículos da educação básica; 2) em 1970, a oficialização, pelo Congresso Brasileiro, da censura prévia a livros e jornais; 3) em 1976, a manifestação contrária a sua inclusão pela representante brasileira no primeiro Seminário Latino-Americano de Educação Sexual; 4) a adoção de uma política de planejamento familiar pró-natalista (FIGUEIRÓ, 1998).

Além dessas questões, outros dois elementos merecem destaque, segundo Figueiró (1998). O primeiro seria a censura ao debate: mesmo não sendo oficial havia o medo das represálias, em especial dos processos que eram abertos contra professores que discutiam o tema, seja pelas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

direções, Conselho Federal de Educação, líderes religiosos ou militares. O segundo é o argumento da prioridade: saber ler, escrever e fazer contas era considerado mais importante do que a educação sexual, a questão ambiental ou o conhecimento na área de humanas. Como consequência algumas experiências foram encerradas, outras continuaram na semi-clandestinidade.

Com o arrefecimento da censura a partir de 1978, uma nova fase de discussão e inclusão de experiências relacionadas ao tema da sexualidade nas escolas brasileiras surgiu, impulsionada pelos movimentos sociais. Nos anos 1990, o debate e desenvolvimento de ações governamentais sobre sexualidade ganha espaço a partir dos casos de gravidez na adolescência e a luta contra a epidemia de AIDS (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p.119).

Com a Constituição Federal de 1988, a escola assumiu o debate sobre sexualidade, embora com o intuito de manter e normatizar os comportamentos sexuais dentro dos padrões sociais. A retomada efetiva da inclusão da sexualidade no currículo ocorreu em 1995, fruto da pressão de movimentos de mulheres e das respostas aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade assumidos pelo estado brasileiro (VIANNA; UNBEHAUM, 2016, p.71).

Em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) legitimaram o ensino da sexualidade na educação básica brasileira (PEREIRA; MONTEIRO, 2015), documento que, conforme Scirea (2014, p. 14), oferece respaldo a uma proposta de ensino sobre relações de gênero e sexualidades tanto no aspecto de construção de uma identidade, ampliação da visão de mundo e respeito à diversidade, quanto de exercício de cidadania numa sociedade democrática. Segundo Vianna e Unbehaum (2016), as pesquisas têm destacado o caráter inédito dos PCNs quando da sua publicação, considerando um avanço a oficialização do tema da sexualidade e do gênero nas escolas, a alusão à homossexualidade e o reconhecimento da discriminação sofrida pela população LGBT. Os críticos aos PCNs destacam que o documento não aborda suficientemente o tema das minorias sexuais e gênero (DINIS, 2008).

Em termos da elaboração de políticas públicas, o debate tornou-se viável a partir da definição da educação sexual com foco na prevenção de DSTs e HIV/AIDS. Em 1994 a publicação das Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, cuja recomendação partiu da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde, estabeleceu a inclusão da prática da Educação



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Preventiva Integral (EPI) nos currículos da educação infantil e básica, enfatizando a ãregulação das práticas sociais, orientada por critérios do ãsexo seguroö (VIANNA; UNBEHAUM, 2016, p.73).

No final dos anos 1990 houve transformações em termos da visibilidade da temática homossexualidade, com a multiplicação de iniciativas no campo legislativo e jurídico, com extensão de direitos. Contudo, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, não ampliou o debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. No final do século XX e início do XXI, as políticas educacionais influenciadas por organismos internacionais, enfatizaram a transversalização dos currículos. Nesse período se acentuam as políticas públicas sobre gênero na educação centradas na questão curricular (durante o governo FHC capitaneadas pelo Ministério da Educação). Mais recentemente (governo Lula), a inclusão de atores sociais que reivindicaram políticas de reconhecimento à diversidade sexual abriram espaço para outras ações na área, como ãa criação articulada de planos, programas e ações voltadas para a sexualidade, a homossexualidade e as relações de gêneroö (VIANNA; UNBEHAUM, 2016, p.89-90).

A produção acadêmica que discute gênero na educação tem como consenso que foi durante o governo Lula que ocorreu o reconhecimento da diversidade a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes de programas, projetos e da própria organização administrativa. Nesse sentido, a partir de 2003 se fortalece a agenda de gênero na educação com a estruturação das questões das mulheres (criação da Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM)¹ e de gênero na educação a partir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD)², esta última renovando as ãoformações continuadas de professores para a redução das desigualdades educacionais visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriaisö (VIANNA; UNBEHAUM, 2016, p.64).

A partir de 2005 o governo federal cria projetos e programas destinados à formação de professores em gênero e no combate à homofobia, por exemplo, Programa Educação para a Diversidade e Cidadania; edital Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual; Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual; Programa

¹ Alçada ao status de ministério em 2015; e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) com a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos em 2016.

² Denominada atualmente de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas; Gênero e Diversidade na Escola; Rede de Educação para a Diversidade; além de programas que buscaram incentivar o debate sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola, entre eles: Programa Brasil Sem Homofobia; Educação e Gravidez na Adolescência; e Programa Construindo a Igualdade de Gênero.

A despeito dessas iniciativas, desde 2011 vem ocorrendo uma série de retrocessos nos programas e políticas públicas federais em gênero e sexualidade, em grande medida decorrentes da forte pressão política de grupos religiosos fundamentalistas e da crescente autocensura em órgãos governamentais federais, estaduais e municipais como resposta a tais pressões (CARREIRA, 2016, p.31-32). O retrocesso foi destacado no Informe Brasil ó Gênero e Educação (2011-2013), citando a manutenção do veto ao kit Escola sem Homofobia, o fim da distribuição de materiais educativos do programa federal Saúde e Prevenção na Escola, assim como a interrupção de programas públicos de distribuição de preservativos em escolas de ensino médio, as ações de prevenção da AIDS e de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, a proibição da divulgação de vídeos sobre a prevenção da AIDS entre jovens homossexuais, a censura pelo Ministério da Saúde da campanha de carnaval para jovens homossexuais e travestis, o veto da campanha direcionada às profissionais do sexo e a proposta do Estatuto do Nascituro, violando os direitos humanos das mulheres (CARREIRA, 2016; PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

A exclusão das menções às questões de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, durante tramitação no Congresso Nacional, representou mais um retrocesso. Seguindo esta tendência, muitos planos estaduais e municipais de educação fizeram o mesmo. Existe, como no passado, uma clara tendência a restringir e criminalizar docentes que trabalhem com questões relativas a gênero, a partir da visão de doutrinação ideológica e política, que setores religiosos e conservadores chamam de ideologia de gênero.

Não obstante, a inclusão do debate sobre gênero nos currículos escolares não teria essa intenção supostamente doutrinadora, mas sim a de questionar as representações binárias e normativas que, na maioria das vezes, buscam uma adequação do sexo ao gênero e à heteronormatividade. A prática pedagógica poderia contribuir para a igualdade de gênero ao questionar a negação ou manutenção das dinâmicas estabelecidas entre os gêneros (PEREIRA;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MONTEIRO, 2015, p.132). Conforme Vianna e Unbehaum (2016, p.96-97), o gênero não é uma ideologia, é um conceito que procura ampliar o debate sobre a qualidade da educação; democrática e acolhedora de todos e todas independente de seu pertencimento racial, étnico, religioso ou de gênero.

Nesse intento, a disciplina de sociologia no ensino médio pode contribuir para a discussão problematizando a heteronormatividade e as construções sociais da diferença de gênero, construindo postura crítica e reflexiva, apreendendo melhor as relações sociais e, possibilitando aos discentes perceberem-se como sujeitos ativos socialmente e promotores de mudanças estruturais na sociedade (REIS; GOULARTH, 2017, p.93).

III Metodologia

A metodologia utilizada foi o protocolo quali-quantitativo e as técnicas de pesquisa a análise documental - para a avaliação das grades curriculares e programas da disciplina - e a aplicação de questionários enviados por e-mail ou aplicados pessoalmente aos docentes de sociologia do IFSul.

Partindo-se destas técnicas analisou-se o desenvolvimento da disciplina de sociologia nos cursos técnicos oferecidos pela instituição, destacando-se a presença do debate sobre relações sociais de gênero nos conteúdos programáticos e o conjunto de metodologias utilizadas na abordagem do assunto.

IV Análise e discussão de dados

Este estudo analisou a inserção da sociologia nos currículos dos cursos oferecidos pelo IFSul: conteúdos ministrados, metodologias de ensino-aprendizagem e, o impacto dessa discussão na escola.

Verificamos que nas grades curriculares dos 36 cursos técnicos integrados de nível médio em onze campi do Instituto, à sociologia é destinada carga horária anual de 40 horas/aula independente da organização curricular (anual - 1h/aula semanal; ou semestral - 2h/aulas em



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

semestres intercalados)³. Alguns docentes entendem que 1h/aula semanal é suficiente (em termos de didática, concentração alunos, presença em todos os anos). Outros afirmam que o ideal seria 2h/aula permitindo diversificação de metodologias na abordagem de temas variados e complexos. Como afirma um professor: ãa carga horária de um período dificulta em grande medida o desenvolvimento das discussões (45min). Já com o dobro disso (90min) é mais adequado para a provocação/problematização, desenvolvimento e fechamento de cada aula. De qualquer forma pode-se trabalhar em 45 minutos, melhor com a sociologia do que sem elaõ.

Interessante compartilhar um depoimento que, ao criticar a carga horária, já apresenta uma análise da grade curricular. Segundo o docente,

A questão da carga horária é relativamente problemática em relação a distintos aspectos: numa dimensão õpolíticaõ ela tem relação com determinadas escolhas realizadas que se vinculama certas percepções sobre a sociedade, à educação e ao tipo de formação que almejamos. Nesse sentido, destaco que a própria obrigatoriedade de inserção de disciplinas como sociologia e filosofia no currículo constitui um grande avanço. Sua carga horária reduzida, porém, em comparação às disciplinas técnicas, ou mesmo de outras áreas mais consolidadas (como português e matemática) indicam uma certa predileção utilitarista dos componentes do currículo. Em outras palavras, reduzem-se as disciplinas de caráter humanístico em nome de determinadas áreas consideradas mais úteis, ou da õaplicabilidadeõ mais imediata, ou visível.

Mesmo havendo tal divergência, a condição da Sociologia no IFSul é análoga à maioria das instituições de ensino médio, nas quais à disciplina é reservada 1h/aula semanal (OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2010), reflexo de uma concepção de educação que desconsidera a importância do conhecimento sociológico para apreender a ação humana, a realidade do sujeito, comprometer-se e responsabilizar-se para com a sociedade, questões estas que estão para além da formação técnica (COSTA, 1997).

A divergência é igualmente verificada na composição programática da disciplina, visto que cada campi tem autonomia na elaboração dos conteúdos, decorrência da ausência de um currículo nacional comum. Na análise dos programas são elencados 26 assuntos, sendo trabalhados de diferentes formas de acordo com a subdivisão de preferência do professor. A discussão sobre gênero foi

³ Os cursos oferecidos pelo campus Pelotas-Visconde da Graça são realizados em três anos. Para atender normativa interna que exige 40horas/aula anuais reformulações curriculares estão em curso para que a sociologia disponha de 1hora/semanal em dois anos e 2horas/aula em um dos anos do ensino médio.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

encontrada em nove campi, em quatorze programas, entretanto, somente em dois campi/programas o tema mereceu atenção específica. Num deles, a unidade "Questão de Gênero" debate elementos como: sexo e gênero; movimentos feministas; mulher e trabalho; e mulher e política. No outro "Gênero, Política e Identidade" subdivide-se em: a construção de gênero; identidade sexual e identidade de gênero, gênero no debate político; grupos LGBTs e as concepções contemporâneas de gênero; gênero e multiafetividades.

Os demais doze programas (em sete campi) apresentam a discussão sobre gênero de forma transversal, em nove categorias, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – A transversalidade de gênero nos programas da sociologia no IFSul

Unidade	Subitem
Desigualdades, diferença e equidade	A situação da mulher e dos afro-brasileiros no Brasil
Cidadania e movimentos sociais	Movimentos feministas e de livre orientação sexual
Cidade e globalização	Sexualidade e relações de gênero
Sociologia do trabalho	Identidades sociais e de gênero no mundo do trabalho; variáveis no acesso e permanência no mercado de trabalho e gênero; as mulheres e o mercado de trabalho
Formas de participação política	Movimentos sociais: igualdade de gênero e livre orientação sexual
Instituições sociais	Gênero e sexualidade
Preconceito e discriminação	Gênero
Estratificação social	Desigualdade de gênero
Cultura	Preconceito de gênero; gênero: identidade de gênero e sexual e movimentos de afirmação

Fonte: Elaboração própria.

Para os docentes, gênero é uma questão que direta ou indiretamente emerge nas discussões em sala de aula, por vezes demandada pelos alunos, por meio dos debates no grêmio estudantil, dos movimentos políticos como ocupações ou acontecimentos do cotidiano. Isso contribui para que a discussão extrapole a sala de aula através de oficinas, conversas, grupos de estudos e orientação de projeto sobre gênero e feminilidades.

Alguns professores ressaltam que a demanda parte das alunas que se transformam nas protagonistas desta discussão, o que também foi verificado em estudo sobre a construção da política de gênero no Colégio Pedro II, no qual as alunas presentes aos encontros se constituíram como protagonistas dos debates, visto que a discussão sobre gênero e sexualidade foi oriunda do corpo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

discente da escola (FERREIRA, 2016). Esta percepção, no caso do IFSul, pode estar relacionada ao fato de que gênero ainda parece se centralizar, embora com exceções, nas questões concernentes à condição das mulheres na sociedade (movimento feminista, participação política, mercado de trabalho, violência, etc.), passando à margem do debate sobre diversidade sexual, orientação sexual e masculinidades.

A transversalidade demonstra a multiplicidade de formas de inclusão do gênero nos currículos de sociologia no IFSul e, também, elucida que esta é uma categoria relacional, podendo ser abordada em conexão com outras categorias (MATOS; SCHMIDT; ARANTES; 2013). Nesse sentido, Araújo (2016), ao analisar os conceitos de gênero no material didático de sociologia oferecido pela Rede Estadual de São Paulo, concluiu que gênero é tratado como tema transversal, mencionado em três momentos: estratificação e organização social; violência de gênero; e movimentos sociais.

Por uma parte, a transversalidade da questão de gênero permite que o tema seja abordado em diversas oportunidades, interconectando-o com outros conteúdos, por exemplo, mundo do trabalho, política, cultura, desigualdades. De outra parte, tomando gênero como um tema transversal deixa-se de reconhecer seu status de categoria analítica da realidade social, perdendo-se seu potencial em termos da compreensão das estruturas sociais, seu funcionamento e a multiplicidade de formas de interação humana, tal como nos ensina Scott (1995).

A subutilização da categoria remete ao debate sobre currículo e deste como um espaço de poder e construção sociocultural. Para Osório e Sarandy (2016, p.69), a ausência de alguns conteúdos nos programas escolares tem atuado como fundamento de um currículo que essencialmente refletirá relações de dominação na sociedade. Nesse sentido, o silêncio ou as meias palavras sobre gênero na educação básica refletem disputas sociais, econômicas, políticas e ideológicas acerca dos temas que podem ou não ser debatidos e de como ministrá-los.

Em termos das estratégias didático-metodológicas os docentes de sociologia no IFSul têm adotado diversas formas de promover a discussão: aulas expositivo-dialogadas; exibição de filmes, documentários e curtas-metragens; seminários e apresentação de trabalhos; exercícios; análise de músicas, propagandas, imagens e notícias; leitura de textos; questões motivadoras; exemplos do



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cotidiano, além de provocações mediadas e a utilização de exemplos extremos com capacidade de impactar os jovens.

Há ainda referência ao uso da literatura; ditados populares e palestras. São também consideradas as narrativas biográficas, a partir das quais, surgiriam casos de assédio, violência contra a mulher e abusos nos relacionamentos amorosos. Há realização de dinâmicas, por exemplo, no caso das profissões, problematizando os locais de trabalhos tradicionalmente destinados a homens e mulheres; ou o uso da inversão de papéis, quando, por exemplo, a dinâmica gira em torno das piadas sexistas dirigidas aos meninos como elemento motivador da discussão sobre homofobia, machismo e assédio.

Alguns relatos dão conta de uma maior resistência ao debate sobre gênero levando os docentes a buscarem como alternativa metodológica a utilização de dados de pesquisa, gráficos e dados estatísticos. Destaca-se ainda a preocupação em não fazer diferenciação entre a abordagem dessa questão e dos demais temas tratados pela sociologia. Segundo um professor o gênero é outro tema da sociologia, há a naturalização do seu debate, ou seja, sua problematização passaria pela naturalização da discussão a esse respeito em sala de aula.

De modo geral, o debate sobre gênero é visto pelos docentes como tendo uma boa aceitação por parte dos alunos, em especial das alunas, embora haja manifestações no sentido de que em alguns casos a dificuldade é maior, sobretudo por parte dos meninos e nos cursos voltados para o rural, mas não somente. Como afirma um docente, a discussão em sala de aula sobre gênero é muito dividida: parece que está crescendo entre os nossos jovens uma onda de conservadorismo e machismo. O relato a seguir é emblemático.

Percebo três movimentos distintos por parte dos estudantes: 1) aqueles e aquelas que gostam da discussão e têm uma visão mais feminista das relações. São estudantes que participam de coletivos e movimentos feministas na cidade e frequentemente pedem referências de leitura e de filmes sobre o assunto; 2) há alunos e alunas que julgam que o tema é desnecessário e não defendem uma igualdade entre homens e mulheres. Possuem uma visão assumidamente machista e buscam reforçar os padrões da sociedade patriarcal. A maioria desses alunos é oriunda do curso de agropecuária, vivem no campo e tem uma visão conservadora mais próxima dos ideais familiares tradicionais; 3) alunos e alunas que não necessariamente expressam em sua conduta atitudes machistas, mas acham que o tema trabalhado em aula já é debatido, já estão acostumados com o tema, ouvem frequentemente e acham que só serve para reforçar sistemas de classificações hierárquicas entre as pessoas, colocando sempre as mulheres como vítimas de um processo. Isso não provém só de meninos, mas de muitas meninas também que, por exemplo, defendem o feminismo mas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

criticam os métodos utilizados pelas feministas. É difícil identificar precisamente esse grupo de alunos, pois suas posições são mais sutis e muitas vezes estão na fronteira entre as duas primeiras.

A resistência à discussão sobre gênero é sentida também quando extrapola a sala de aula, demonstrando que, para a comunidade escolar não é tranquilo discutir gênero, o que pode ser fruto da incompreensão do tema ou mesmo de posturas conservadoras que impedem a problematização de determinados padrões construídos socialmente. Tais atitudes reproduzem, no ambiente escolar e fora dele, práticas machistas, misóginas, episódios de assédio sexual, deslegitimação do debate, em especial por parte de docentes homens de áreas técnicas. Em algumas ocasiões a sabotagem ao debate se dá por parte das direções. Contudo, os próprios discentes resistem, observam os docentes, cobrando postura mais ativa por parte dos professores.

Os dados de campo descrevem experiências exitosas, mas também narram fatos que elucidam o quanto a escola deve ser o lugar da discussão sobre gênero, num debate que envolva toda a comunidade escolar, a fim de que o preconceito e a discriminação vividos por alunas/os, técnicas e docentes dentro e fora da instituição não sejam naturalizados nas práticas cotidianas dos jovens que se encontram em formação. A questão de gênero é õuma temática política e socialmente necessária de ser trabalhada na educação escolar. [...] é uma questão que perpassa por todosõ (REIS; GOULARTH 2017, p. 90).

V Conclusão

Ao tratar do ensino da sociologia no IFSul, enfatizamos a discussão sobre gênero no desenvolvimento da disciplina, a qual é permeada por controvérsias, dentre elas a carga horária e a seleção de conteúdos, questões para as quais não há consenso. Nesse ínterim, gênero é tratado, em geral, como um tema transversal, havendo o reconhecimento da importância dessa discussão na compreensão da realidade e desnaturalização da vida social.

As metodologias de ensino-aprendizagem elencadas pelos docentes são múltiplas, demonstrando que o estudo sobre gênero pode ser tratado de variadas formas e que sua discussão contribui para a compreensão da sociedade numa perspectiva sociológica na medida em que oferece subsídios para que os alunos possam estranhar a realidade, atendendo ao objetivo da inserção da



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociologia no ensino médio (OLIVEIRA, 2014; PASSAMANI, 2016; OSÓRIO; SARANDY, 2016).

Os depoimentos coletados nas entrevistas permitem afirmar que, a despeito das experiências exitosas em relação ao debate sobre gênero, ainda há muito a se avançar, haja vista as referências a resistências engendradas por alunos, pais, professores e direções e, mesmo, casos de discriminação, preconceito e assédio sexual sofridos por alunas, professoras e técnicas administrativas no espaço escolar e fora dele.

VI Bibliografia

ARAUJO, Natália C. S. de. Currículo de Sociologia e Gênero: uma análise do material didático de Sociologia para Ensino Médio da Rede Pública de Educação de São Paulo. **Encontro Estadual de História**, 23, ANPUH/SP, 2016. Disponível em:

<<http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares#N>>. Acesso em: 31 maio 2017.

CARREIRA, Denise. O informe Brasil ó Gênero e Educação: da CONAE às Diretrizes Nacionais. In: CARREIRA, Denise, et al. **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/Ecos/Geledés/Fundação Carlos Chagas, 2016.p.25-54.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DINIS, Nilson F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

FERREIRA, Fátima I.de O. A contribuição da sociologia para a construção de uma política de gênero em uma escola de educação básica. **Revista Perspectiva Sociológica**, Número Especial, p. 7-16, 2º sem. 2012/1º sem. 2016.

FIGUEIRÓ, Mary N.D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 4, p.123-133, 1998.

MATOS, Juliana A.; SCHMIDT, Tcharles G.; ARANTES, Marco A. Relações de gênero: uma problematização acerca da ausência de discussões no âmbito do ensino médio. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 40, p.209-222, 2º sem. 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/10055/0>>. Acesso em: 31 maio 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

OLIVEIRA, Amurabi. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1019-1044, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2014v32n3p1019/29918>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

OSÓRIO, Andréa; SARANDY, Flávio. Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para sociologia nos PCN, OCN E BNC. **Inter-Legere** ó Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, n. 18, p. 58-75, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10814>>. Acesso em: 31 maio 2017.

PASSAMANI, Guilherme R. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 119-132, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/400>>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

PEREIRA, Zilene M.; MONTEIRO, Simone. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: Análise da Produção Científica. **Contexto & Educação**, Ijuí, Ano 30, n. 95, p. 117-146, jan./abr. 2015.

REIS, Neilton dos; GOULARTH, Isabela dos R. Questões de gênero no ensino médio: interfaces em Sociologia, Biologia e Interdisciplinaridade. **Revista Café com Sociologia**, v.6, n.1, p. 88-106, jan./abr. 2017.

SCIREA, Luísa B. òGênero, Educação e Sociologiaö: uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina. **Trabalho de Conclusão de Licenciatura**. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014, 99p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. Introdução. In: MORAES, Amaury César. **Sociologia**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 15-44. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 nov. 2016.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise, et al. **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/Ecos/Geledés/Fundação Carlos Chagas, 2016.p. 55-120.